



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Interpelação Parlamentar

(ESTRATÉGIA A DESENVOLVER PELA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES NO ÂMBITO DAS DIVERSAS VERTENTES DA ECONOMIA DO MAR)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O PPM tem, desde a sua fundação em 1974, um Programa Político que valoriza a tradição e o potencial marítimo de Portugal. Valorizamos a nossa História e a nossa tradição marítima. A nossa identidade nacional está indelevelmente ligada ao Mar. Portugal e o Mar são sinónimos. Portugal e o Mar são companheiros inseparáveis de caminho e de destino.

Este é o nosso credo e o nosso dogma há quase 40 anos, não muitos no contexto de um país com quase um milénio de existência. Uma longa aventura na História da civilização humana. Uma aventura que teve no Mar o seu zénite, pois foi aí que alcançamos uma dimensão universal e tocámos, para sempre, a alma da nossa civilização. Enquanto existirem homens, estes saberão sempre quem foram os portugueses e o que fizemos.

Nas últimas décadas, Portugal desviou-se bastante da sua longa tradição marítima. O fim do Estado Novo, em 1974, significou o fim do império e do discurso apologético do regime em relação ao nosso passado enquanto grande nação marítima. Deixámos o salazarismo raptar a nossa História. Foi esse o nosso erro. O nosso passado e identidade não foi obra da ditadura, assim como se provou que o futuro também não o seria.

Nas décadas seguinte apostámos tudo no projeto Europeu e não soubemos evitar o desmantelamento do nosso potencial marítimo.

O sucesso de antigas potências, como a Holanda e o Reino Unido, na preservação do seu potencial marítimo, constitui uma prova evidente que a integração europeia não é incompatível com a manutenção de uma forte



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

identidade marítima e de uma vocação global. Pelo contrário, a dimensão marítima do país e a existência de um rico quadro relacional externo – principalmente no contexto da lusofonia – acrescentam dimensão estratégica e potencial à própria União Europeia.

É neste prisma que a questão marítima tem vindo a ser revalorizada no contexto do conceito estratégico nacional e é exatamente nesse mesmo âmbito que a Região Autónoma dos Açores deve enquadrar a sua ação nesta matéria.

O Mar dos Açores é imenso. Se for aprovada na ONU a proposta portuguesa referente à expansão da Plataforma Continental adjacente à nossa Zona Económica Exclusiva, Portugal passará a contar, no melhor dos cenários, com uma área de jurisdição marítima de cerca de 4.000.000 de km² (que corresponde a cerca de metade do território do Brasil). A nossa ZEE e a plataforma continental que lhe está adjacente somam cerca de 2.353.000 km². Ou seja, os Açores possuem cerca de 60% do espaço marítimo sob jurisdição nacional. Uma área vastíssima que contém um enorme potencial mineral, energético, biológico, económico e geopolítico.

Por tudo isto resulta evidente que o desenvolvimento de todos os sectores ligados à economia do mar constituem uma prioridade para o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A principal preocupação política dos partidos açorianos, no âmbito da questão do mar dos Açores, deve ser a de promover a unidade de todos em redor desta questão. Não se trata, neste sector, de elaborar uma definição estratégica para esta legislatura. As políticas de promoção do desenvolvimento da economia do mar têm uma dimensão eminentemente estrutural. Serão necessárias décadas de investimento público e privado para que este sector possa vir a desenvolver todo o seu imenso potencial.

Por isso tenho vindo a defender, nesta casa, a convergência política de todos. Conheço bem a identidade programática de todos os partidos



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

parlamentares açorianos e sei que todos eles colocam a proteção e exploração sustentada do Mar dos Açores como prioridade. Nesta matéria é muito o que nos une e pouco o que nos separa. Existem condições de unidade. Eu diria mais: a união em torno da defesa e exploração sustentada do Mar dos Açores é uma exigência e um dever de todos os patriotas autonómicos.

Mas esta unidade de que vos falo tem de ser uma unidade de iguais. Uma unidade em que todos desempenham o seu papel, sem que nenhum partido se outorgue a liderança ou pratique a simbiose exclusiva com a política de promoção económica do Mar dos Açores. Já vimos como no passado a apropriação ideológica das tradições marítimas do país, por parte do Estado Novo, teve como resultado o abandono da identidade marítima nacional. Esta História não pode repetir-se.

Eu li a Moção de Orientação Política Global, “Renovação Com Confiança Por Uma Autonomia Com Futuro”, que o atual Presidente do Governo Regional apresentou, na qualidade de 1.º subscritor, no XV Congresso do Partido Socialista/Açores. O Presidente do Governo Regional propôs a criação de uma frente comum em defesa do Mar dos Açores, liderada pelo PS. Concordo com a frente comum, que aliás eu próprio propus há cerca de dois anos nesta mesma tribuna, mas não posso concordar com a ideia de afirmação de uma liderança partidária no contexto do Mar dos Açores.

Se quiser, Senhor Presidente, terá o PPM a marchar atrás da bandeira azul e branca da Autonomia Açoriana, em defesa do nosso Mar. O que lhe proponho é uma aliança de iguais. O que lhe proponho é a liderança dos órgãos de governo próprio dos Açores. O que lhe proponho é o abandono de qualquer ideia de hegemonia partidária no âmbito do ideário marítimo açoriano.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Abordei, em primeiro lugar, a questão da nossa unidade no âmbito da questão do Mar dos Açores e a prioridade estratégica que lhe deve ser



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

atribuída. Em segundo lugar quero aqui analisar a questão do relacionamento entre a Região e o Estado português.

O PPM não vê qualquer razão para que exista uma relação conflitual entre a Autonomia Açoriana e o Estado. No nosso conceito, os órgãos de governo próprio e a nossa administração regional representam os interesses da Nação Portuguesa no Arquipélago dos Açores. O que fortalece os Açores fortalece Portugal. O que beneficia os Açores beneficia Portugal. O que prestigia os Açores prestigia Portugal.

A questão reside em saber, no nosso ordenamento constitucional, em quem faz o quê no nosso território e, adicionalmente, quem o faz com vantagem para o interesse nacional. Nós consideramos que cabe aos nossos órgãos de governo próprio a gestão integral do Mar dos Açores, sendo que este conceito genérico inclui a nossa zona económica exclusiva e a respetiva zona adjacente da plataforma continental onde vier a ser reconhecida a jurisdição nacional. Cabe-nos a nós essa gestão e não a qualquer outro órgão político da República.

Foi noticiado esta semana que, no âmbito de uma ação interposta por associações de pescadores açorianos, "o Tribunal Central Administrativo Sul considerou como provada a omissão por parte do Estado português do dever de fiscalização das águas dos Açores, para além das 100 milhas, e que esse facto provocou, em 2004, danos de natureza ecológica e económica". Este facto demonstra, uma vez mais, que os açorianos são, naturalmente, quem mais se preocupa com a defesa do interesse nacional no nosso território. Foi esse facto objetivo que a nação reconheceu e consagrou na Constituição Portuguesa.

Se não formos nós a garantir a defesa do interesse nacional neste território, tenho a certeza que o imenso potencial do Mar dos Açores será vendido por meia dúzia de patacas por quem governar em Lisboa. Quem conhece a nossa História sabe que existe sempre esse risco.

Nós garantimos a defesa dos recursos do país e garantimos que eles não serão delapidados. Esta é a mensagem que devemos levar junto da opinião pública nacional. Estou em crer que as historietas sobre o Barba-Ruiva, o Barba-Negra, o Francis Drake e tantos outros não nos levarão a lugar nenhum.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A terceira questão fundamental que quero abordar nesta intervenção tem a ver com a definição da nossa estratégia global no âmbito da economia do mar.

Defendo que a Região deve assumir como objetivo estratégico a liderança nacional neste sector. O Mar está a ser desenhado do ponto de vista teórico como um desígnio nacional. No entanto, o que é possível observar em relação ao esforço concreto do Governo da República no âmbito da política marítima, não corresponde minimamente à planificação que diversos grupos de trabalho nacionais desenharam para esta área. O país tem agora um plano, mas não tem a determinação política necessária para lhe alocar as verbas necessárias.

Neste contexto, a nossa condição de primeiro território marítimo nacional, as vantagens geopolíticas que decorrem da nossa localização atlântica e a nossa determinação na execução de políticas de fomento da economia marítima, constituem vantagens relativas decisivas em relação ao restante contexto nacional.

Assim, os Açores devem assumir plenamente essa ambição de liderança na política marítima e captar uma parte significativa das capacidades nacionais no âmbito da economia do mar. Isto na medida em que o esforço de fomento da política marítima é elevadíssimo e supera em muito os poucos recursos que possuímos. Nesse sentido, as nossas prioridades devem ser as seguintes:

1 – Na defesa nacional exigir o reforço dos meios da Marinha e da Força Aérea. Temos uma missão estratégica de enorme dimensão e prestígio para elas – fiscalizar e afirmar a jurisdição nacional num território marítimo que corresponde a cerca de 30 vezes o território do nosso retângulo peninsular;

2 – No âmbito da investigação científica e inovação, atrair os melhores académicos nacionais no âmbito das ciências do mar, captar uma parte importante do esforço de investigação realizado por Portugal neste sector e criar, conforme alguns documentos estratégicos nacionais



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

propõem, um “Centro Internacional de investigação Atlântica” orientado para o estudo das formas de vida nas fontes hidrotermais de grande profundidade e das respetivas aplicações no campo da biotecnologia. Ainda neste âmbito localizar um polo industrial ligado ao comércio e indústrias farmacêutica e de cosmética em redor deste centro de investigação.

3 – Incluir, em condições ótimas, a Região Autónoma dos Açores nas estruturas logísticas integradas nacionais que estão a ser montadas para reposicionar o país enquanto centro redistribuidor europeu do comércio marítimo;

4 – Captar uma parte significativa do esforço estatal de levantamento dos recursos minerais e energéticos existentes na nossa extensa plataforma continental;

5 - De uma forma geral, atrair para a Região – criando condições de atratividade – as melhores iniciativas nacionais no âmbito dos diversos sectores ligados à economia do mar (no turismo e práticas náuticas, na preservação ambiental, na pesca, na produção de energia em contexto marítimo, na aquicultura, nas infraestruturas portuárias, na prospeção e exploração dos fundos marinhos, etc.)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Está na hora de definirmos a nossa estratégia, com precisão e racionalidade, em muitos dos sectores da economia do mar regional. Por falta de tempo vou abordar na parte final desta intervenção apenas as três áreas que considero mais estratégicas: pescas, transporte marítimo de mercadorias e passageiros e atividades turísticas associadas ao espaço marítimo.

O sector das pescas representa cerca de 20% das nossas exportações. Fizemos, nos últimos anos, um grande esforço de modernização da frota, de melhoria das infraestruturas portuárias, da formação profissional e das condições de conservação e comercialização.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

No entanto, este sector apresenta constrangimentos que temos de superar:

1 - O fundo de compensação salarial, o FundoPesca, tem de estabilizar e passar a pagar a tempo e horas. De outra forma, criar-se-ão dificuldades muito significativas para as famílias ligadas a este sector. Bem sei que hoje é notícia o início dos pagamentos aos pescadores, por isso ninguém dirá que este debate que o PPM promoveu não teve pelo menos uma utilidade imediata;

2 - O relativo esgotamento dos stocks existentes nas 100 milhas da nossa Zona Económica Exclusiva. Por isso a recomendação do Parlamento Europeu para que as embarcações de pesca dos Açores passem a ter acesso exclusivo aos montes submarinos situados para além das 100 milhas da Zona Económica Exclusiva, assume uma importância estratégica fundamental para este sector e para o esforço de conservação e reposição de stocks que a Região tem vindo a realizar.

3 - As limitações de uma parte substancial da nossa frota para operar fora das 100 milhas e para pescar em águas profundas. Temos de reforçar com urgência a nossa capacidade nestas duas áreas.

No transporte marítimo de passageiros julgo ser urgente adquirir meios próprios e planificar a operação num quadro temporal mais vasto. Nesta matéria não podemos continuar a viver de planos de contingência anuais, com muita vulnerabilidade face aos operadores externos. Como se explica que o preço da operação marítima oscile 100% no espaço de apenas um ano? Das duas, uma: ou o Governo Regional fez este ano um excelente negócio ou então o Governo Regional fez o ano passado um negócio ruinoso.

No transporte de mercadorias a nossa principal vulnerabilidade continua a ser a inexistência de um mercado interno unificado. É absolutamente estratégico para o futuro da Região, através do transporte marítimo de mercadorias, criar esse mercado interno.

No campo das atividades turísticas associadas ao espaço marítimo, importa salientar o enorme potencial que a Região possui em muitas das atividades que integram esta área. O crescimento que se regista neste sector, no contexto internacional, é quase exponencial. A náutica de



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

recreio duplica a sua dimensão em cada 10 anos, registando os cruzeiros náuticos um crescimento muito semelhante.

O primeiro sector é dominado pelos alemães e o segundo pelos norte-americanos. Importa promover as nossas capacidades junto destes mercados de uma forma muito mais eficaz. Temos de melhorar a logística associada a estes dois sectores e reforçar a imersão turística e cultural de quem nos visita através destes meios (roteiros temáticos, excursões, horário de abertura de museus e monumentos, etc.). Ainda assim, o PPM defende a interrupção dos grandes investimentos em infraestruturas nesta área. A nossa prioridade deve ser rentabilizar os recursos existentes e só depois equacionar qualquer futura expansão.

Estas são as nossas opções para esta área e o nosso contributo para a formulação de uma estratégia de âmbito regional que fomente o desenvolvimento da economia do mar. No contexto deste debate temos, naturalmente, a expectativa que o Governo Regional aproveite esta oportunidade para descrever o conjunto de prioridades que concebeu para o desenvolvimento da economia do mar e que forneça uma calendarização das atividades que programou no âmbito desta área.

Disse!

O Deputado do PPM

Paulo Estêvão